

Um regresso, de passagem, ao Castelo Velho de Veiros

Rui Mataloto
Conceição Roque

“Há alguns anos, passando férias comigo em Veiros, o Dr. Júlio de Moraes, meu avô, chamou-me a atenção para o topónimo «Castelo Velho», nome de uma herdade dos arredores. Nesse ano não tive ocasião de lá ir e durante muito tempo não voltei a passar férias em Veiros.”

Arnaud, 1968, p. 61

1. DA PAISAGEM ÀS MURALHAS ... ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O Castelo Velho de Veiros, actualmente integrado na freguesia de São Bento de Ana Loura, localiza-se no extremo Nordeste do concelho de Estremoz, a meio caminho entre a sede da freguesia e a vila que lhe dá o nome. Situado num cabeço e uma rechã entre as ribeiras de Ana Loura e da Alcravissa, este povoado tem à sua volta uma paisagem predominantemente agreste, marcada por afloramentos destacados de xisto que acompanham e dominam as margens encaixadas

das duas principais linhas de água que o circundam. A paisagem envolvente é marcada por um relevo ondulante, algo mais elevado que o cabeço onde se implanta, excepto para jusante das ribeiras, onde o horizonte se alarga algo mais. Os magros solos de xisto da envolvente imediata seriam pouco propícios à agricultura, ainda que escassos quilómetros a jusante se desenvolvam férteis planícies (v. Fig.1 e 2).

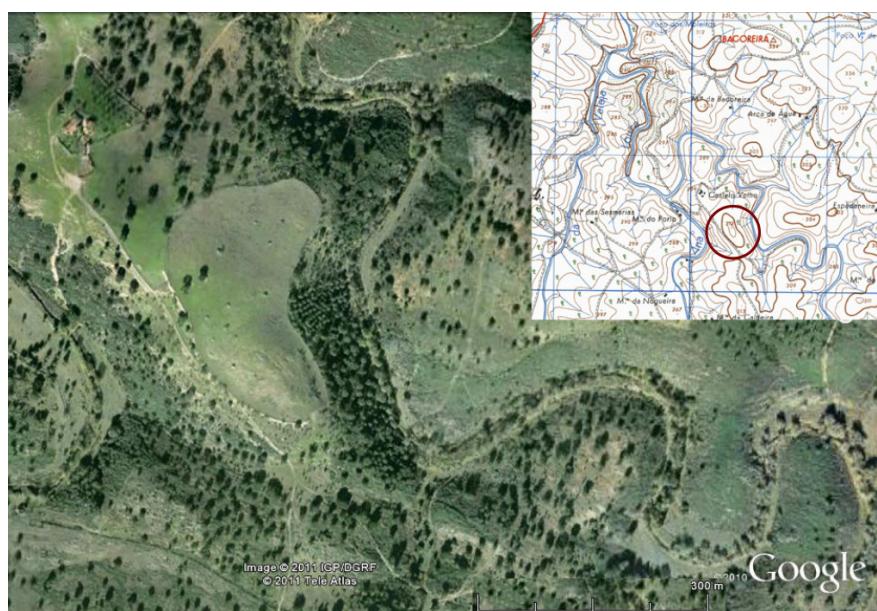


Fig 1 – Fotografia aérea do Castelo Velho de Veiros e implantação na CMP 1:25 mil -411 (foto Google Earth)

A sua localização, próxima de dois importantes caminhos naturais que interligam a bacia do Guadiana ao fundo do estuário ou à foz do Tejo, sobre os quais se implantaram, posteriormente, as vias romanas de ligação entre *Olisipo* e *Emerita Augusta*, acaba por lhe conferir grande relevância estratégica no contexto regional, encontrando-se verdadeiramente na charneira de duas realidades humanas e de povoamento, instaladas a sul no Alentejo Central e a Norte nas planícies do Alto Alentejo, integrando-se com alguma facilidade nas vias de ligação ao litoral ou ao interior extremenho (v. Fig. 8).

Um interesse acrescido resulta do facto de implantar numa área de transição entre distintas realidades

étnicas, Lusitanos a Norte e Célticos a Sul (Fabião, 1998). Todavia, esta questão está longe de ser pacífica e clara, atendendo às próprias contradições dos textos clássicos referentes à presença de lusitanos a Sul do Tejo, antes da implantação do poder de Roma (Pérez Vilatela, 2000, p. 29 e *passim*). Na realidade, este autor assume a escassa diferenciação entre os lusitanos a Sul do Tejo, de clara raiz celta, e os povos de fundo céltico resultantes de migrações internas e que haveriam de ter ocupado a área da Lusitânia meridional (Pérez Vilatela, 2000, p. 279). Neste mesmo sentido, parece apontar um achado epigráfico recente na região de Arronches (Carneiro et. al., 2008).



Fig 2 – Vista geral da plataforma Norte do Castelo Velho de Veiros e paisagem envolvente

2. UM CASTELO ENTRE ÁGUAS ...

O recinto amuralhado, com cerca de 900 metros de perímetro, define uma área irregular alongada no sentido sudeste – noroeste, mais estreita e elevada a Sul, abrindo-se numa ampla rechã para norte, até à encosta íngreme sobre o vale fundo da Ribeira da Alcravissa. O povoado, pela sua implantação, enquadrava-se com facilidade na categoria dos designados “castros de ribeiro” de Berrocal-Rangel (1992) estendendo-se, então, por cerca de 5ha, que o torna num dos maiores da sua categoria no território centro alentejano.

A muralha, construída em lajes de xisto dispostas na horizontal, conserva alguns pontos troços com mais de dois metros de altura (v. Fig. 3). No extremo sudeste, na área de melhor acessibilidade, é perceptível uma interrupção, em rampa ligeira, do circuito amuralhado, que poderá corresponder a um acesso ao povoado; esta ideia é reforçada pela presença de vestígios de um caminho antigo que se entrecruza a sul com o actual caminho de acesso ao sítio.



Fig 3 – Vista de um troço da estrutura de fortificação visível à superfície

O Castelo Velho de Veiros ocupa na memória da população local um espaço importante; muitos recordam o aparecimento de sepulturas, outros falam de espadas e punhais aí encontrados, e todos contam a lenda que

enterrada à entrada do povoado está uma bezerra de ouro, da qual apenas se vê um chifre já polido de tanto ser pisado, no entanto, como não se sabe ao certo onde a entrada é, a bezerra ainda lá continua ...

3. O CASTELO VELHO DE VEIROS, AS LEITURAS POSSÍVEIS...

O Castelo Velho de Veiros foi dado a conhecer em 1968 por J. M. Arnaud (Arnaud, 1968), ainda que se conheçam breves menções anteriores. Logo neste trabalho faz uma acertada leitura do local, que complementa pouco depois com os resultados de uma exígua intervenção (Arnaud, 1970) que, todavia, permitiu traçar uma leitura diacrónica sobre o que deverá ter sido a ocupação do local, ficando patente a relevância da ocupação sidérica e, igualmente, tardo-republicana, o que não obsta a alguns achados de cronologias

posteriores, relacionados com eventuais episódios de reocupação do espaço.

Este foi, durante longos anos, o único testemunho estratigráfico bem documentado para realidades sidéricas alentejanas sendo, sobretudo pela sua precocidade no panorama nacional, um exemplo de correcção e publicação, infelizmente sem sucedâneo.

A presença de um pequeno conjunto de cerâmica campaniense (Arnaud, 1969; Fabião e Guerra, 1996 [2001]), a par de diversos fragmentos de ânforas,

deixava antever que se tratava de um povoado capaz de integrar as redes de distribuição de bens de grande circulação.

T. Gamito (1988) confere, desde logo, uma relevância regional a este povoado, assumindo-o como elemento de estruturação do povoamento ainda que, na realidade, se situe fora da sua área de estudo no referido trabalho.

A notícia avançada por C. Fabião (1998, p. 238) relativamente à presença de um relevante conjunto metálico (em particular moedas e baixela) recolhido no local, vem reforçar, com clareza, a relevância que

detinha em época tardo-republicana.

Este modesto trabalho pretende apenas dar uma achega ao seu conhecimento, através da divulgação de um conjunto cerâmico recolhido por um aficionado no Castelo Velho de Veiros, que generosamente facilitou para estudo a um de nós (C.R.). Aproveitámos o repto para trazer de novo à colação um sítio que, como tantos outros, carece de estudo mais aprofundado, em particular num momento em que a construção da barragem de Veiros irá alterar profundamente a paisagem envolvente.

3.1 – OS DADOS DISPONÍVEIS

O Castelo Velho de Veiros, como já se afirmou supra, é certamente uma das maiores ocupações desta época conhecidas no Alto Alentejo, ainda que a sua real dimensão venha variando segundo as propostas entre os 7 e os 4ha (Arnaud, 1968, p. 64; Arnaud, 1970, p. 312), passando pelos 6,29ha propostos por T. Gamito (1988, p. 161). A nossa leitura, elaborada com base na foto disponível no *Google Earth* centra-se na ordem dos 5ha (v. Fig. 2).

A pequena intervenção efectuada no local (Arnaud, 1970), a par dos dados de superfície, permite verificar uma forte presença tardo-republicana, atestada pela presença em escavação, no contexto do designado estrato B, de ânforas e cerâmica campaniense, inclusive com imitações de produção regional, acompanhando frequente cerâmica de produção regional, onde destacam as cerâmicas com pequenas matrizes estampilhadas e decoração de carretilha, típica de contextos avançados da Idade do Ferro (Berrocal, 1992); os dados superficiais, nomeadamente os respeitantes aos artefactos metálicos mencionados por C. Fabião (1998, p. 238), mais concretamente moedas (incluindo denários), baixela metálica e *militaria* diversa, permitem reforçar esta perspectiva, contribuindo para propor, inclusive, a presença de militares romanos no local.

Em trabalho publicado mais recentemente, C. Fabião e A. Guerra (1996 [2001], p. 117) classificam as produções campanienses daqui provenientes, assinalando a presença de produções de A com a forma 2230-2280 e da B com as formas 7544, 2230-2280 e

uma provável F 2800-2900, deixando entrever presenças essencialmente dentro do séc. I aC.

Interessante é, ainda, a observação da total ausência de materiais correspondentes à ocupação romana do período Imperial, propondo-se um “ermamento” do local posterior ao episódio sertoriano das Guerras Civis (Arnaud, 1970, p. 320).

Sob a camada B desenvolve-se um estrato (C, que se decidiu subdividir em C'), sem importações itálicas, caracterizado pelas presenças essencialmente locais, a par de alguma cerâmica pintada, de eventual origem forânea. Aqui destaca a presença de decoração por matrizes estampilhadas de maiores dimensões, sobre suportes igualmente maiores. No estratos D e E, onde os materiais foram escassos, apenas se refere a manutenção de produções a torno e manuais, que parece afastar a hipótese de uma ampla ocupação anterior à Idade do Ferro, ao menos nesta área, e não atestada pelos materiais superficiais. As presenças de superfície, onde se refere a detecção de grandes recipientes decorados com matrizes de grande dimensão, a par de cordões plásticos decorados com incisões ou digitações, permitem asseverar uma clara evidência de uma extensa ocupação anterior à presença romana, mas certamente posterior aos meados do milénio, avançando o autor dos trabalhos o século V aC como um *terminus post quem* para a ocupação mais antiga.

Deste modo, a ocupação vem sendo balizada, genericamente, entre os meados do Iº milénio aC e o séc. I aC.

3.2 – RECOLHAS RECENTES

O conjunto da materiais que se pretende aqui apresentar resulta de um conjunto de recolhas efectuadas individualmente, sem um carácter sistemático, e que de modo algum são representativas do sítio. Todavia, por apresentarem algumas novidades face ao reportório formal conhecido, nomeadamente ao nível das produções anfóricas, achámos alguma pertinência à sua publicação, ainda que dificilmente possam contribuir para um aprofundamento do conhecimento sobre o local.

O conjunto de materiais recolhido era dominado, como seria de esperar, por fragmentos de bordo de recipientes fechados, de média e grande dimensão, de bordo extrovertido, de múltiplos tipos, alguns dos quais com pequenas molduras e rebordos, mais usuais em momentos avançados da Idade do Ferro. Destes ilustrámos apenas uma pequena amostra, concentrando a nossa análise no restante conjunto.

A cerâmica decorada por matrizes estampilhadas é um dos elementos mais característicos dos contextos sidéricos do interior do sudoeste peninsular, assumindo quase contornos de marcador étnico.

Esta técnica decorativa apresenta uma variabilidade enorme, que parece revestir-se de contornos cronológicos (Berrocal, 1992) quer dos motivos, quer da relação destes com as formas em que se apóem (Fabião, 1998, p. 103) que, contudo, alguns estudos recentes vieram matizar (Estrela, 2010, p. 61).

Em publicações anteriores já tinham sido dadas a conhecer várias matrizes, de tipos e gramáticas distintas, desde as grandes, de polígonos reticulados ou grandes cruzes, mas também pequenas palmetas e carretilha (Arnaud, 1970). O conjunto por nós reunido é, igualmente, reduzido, sendo composto por grandes matrizes apostos sobre o que parecem ser grandes e médios contentores. Os motivos, na maior parte dos casos apenas parcialmente delimitados, dividem-se entre os designados “escutiformes” ou triângulos reticulados, um círculo radiado com pequenos raios curvilíneos, dando a sensação de movimento e um rectângulo reticulado (v. Fig. 4).

Estes motivos, ainda que não se disponha de paralelos directos, enquadram-se nos que são conhecidos um pouco por todo o sudoeste peninsular,

de Vaiamonte (Fabião, 1998) a Mesas do Castelinho (Estrela, 2010), ou mesmo a Capote (Berrocal, 1992). Ainda que, como já se afirmou, não seja possível hoje asseverar a cronologia precisa para esta gama de motivos, os mesmos parecem continuar a ser mais frequentes numa fase anterior à conquista romana destas paragens, algures dentro dos sécs. IV e III a.C. Na realidade, a presença exclusiva de grandes matrizes, aplicada em contentores grandes e médios, em sítios monofásicos alentejanos, caso de Malhada dos Gagos ou das pequenas palmetas sobre cerâmica fina em sítios aparentemente mais tardios, caso do Monte da Tapada 39 (Calado, Mataloto e Rocha, 2007), deixam entender uma separação cronológica mais complexa de apurar em realidades estratigráficas mais extensas, como Mesas do Castelinho (Estrela 2010).

Não é certamente aqui o local para discutirmos o significado destes motivos de maiores dimensões marcados em grandes e médios recipientes, assumindo provavelmente contornos identitários. Neste contexto, cremos bastante sugestiva a proposta avançada por C. Fabião (1998, p. 92) onde estas marcas estariam associadas à capacidade de armazenagem de grupos familiares, assinalando solidariedades “gentilícias” que poderiam justificar a sua reduzida variabilidade intrapovoado, e semelhanças interpovoados.

As restantes gramáticas decorativas apresentam-se muito simples, sendo aplicadas, aparentemente, também em vasos médios e grandes. Os motivos correspondem a digitações sobre o bojo, em formas produzidas a torno, linhas quebradas entre sulcos perimetrais ou motivos espinhados entre linhas igualmente perimetrais. Estes motivos decorativos, incisos em recipientes médios e grandes, parecem surgir, ou intensificar-se, em momentos mais tardios do milénio, quando a presença de decorações de matrizes já se encontravam em desuso.

No pequeno conjunto aqui apresentado merece destaque a presença dos contentores anfóricos. Foi possível registar a presença de produções itálicas, béticas do vale do Guadalquivir e lusitanas, sendo as produções hispânicas as melhor representadas.

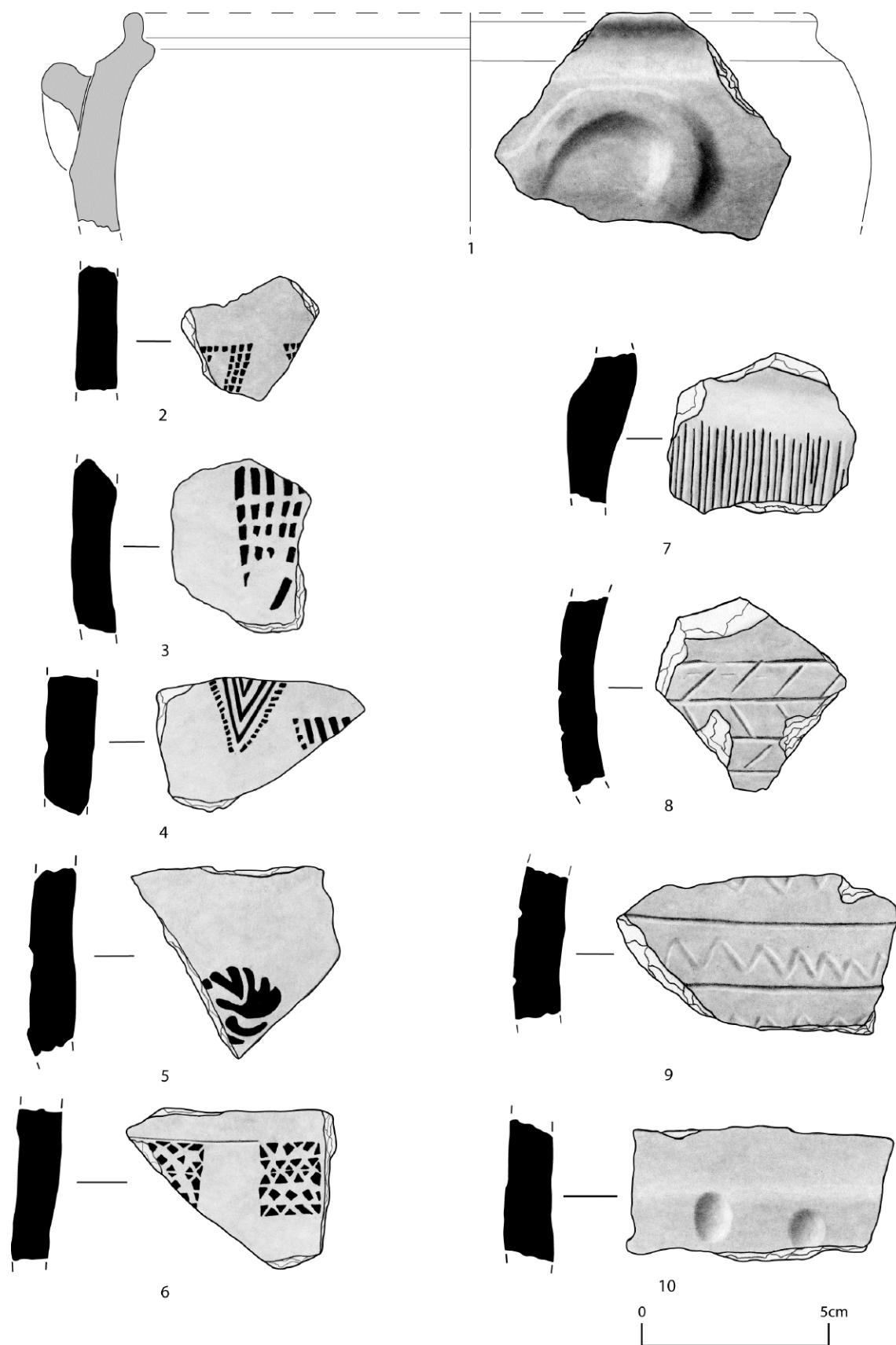


Fig 4 – Cerâmica decorada do Castelo Velho de Veiros

A ânfora itálica corresponde a uma Dressel 1 (Fig. 5, 5), contentor vinário que domina os conjuntos importados entre os finais do séc. II aC e aproximadamente os meados do seguinte no Ocidente peninsular, onde se encontra bastante bem representado, principalmente no litoral, mas também no interior (Fabião, 1998a; Arruda e Almeida, 1999; Pimenta, 2004, p. 117; Bargão, 2006, p. 40; Filipe, 2008, p. 99).

No território centro e alto alentejano, onde se conta já com algumas ocorrências, e dada a ausência de escavações em extensão, este tipo anfórico tem sido reconhecido principalmente em ocupações semelhantes ao Castelo Velho de Veiros caso de Vaiamonte (Fabião 1998), do Alto do Castelinho da Serra (Gibson, et al. 1998), Castelo Velho do Degebe (materiais inéditos em estudo) ou Evoramonte (Mataloto e Alves, 2008), mas também em ocupações distintas como o Monte da Nora (Teichner, 2008), ou a Quinta do Freixo (Arruda e Almeida, 1999), uma instalação de cariz aparentemente rural.

Ainda que tenhamos dúvidas que o panorama quantitativo se altere grandemente, estamos em crer que as presenças se multiplicarão à medida que se altere a geografia da investigação.

As ânforas de produção bética, do vale do Guadalquivir, distribuem-se entre uma Classe 67 ou LC 67 (Fabião, 1989) (Fig. 5, 11) e as restantes integráveis num grupo mais vago e difícil de caracterizar genericamente designável de Classe 24/Oberaden 83, ou Ovóides 6-7 de Almeida (Almeida, 2008, p. 143 e ss.) (Fig. 5, 6-10). Este último autor apresenta detalhadamente a problemática em torno destas formas anfóricas e de como, a partir de entidades muito fragmentadas, ser quase impossível diferenciar com clareza os vários morfótipos. Todavia, não deixa de assinalar a sequenciação cronológica entre eles, que darão origem aos contentores de tipo Dressel 20 já em plena época Imperial. Na realidade, o conjunto de ânforas ovóides béticas, tal como definidas pelo autor anterior, parece constituir-se como um grupo em rápida evolução, que se irá cristalizar mais tarde, nos inícios do período Imperial (García Vargas, 2010).

Estas formas têm sido associadas, essencialmente, a envases oleários béticos de época tardo republicana ou augustana (Almeida, 2008, p. 143; García Vargas, 2010, p. 454). Já o caso da ânfora da Classe 67 (LC67),

é distinto, estando-se neste momento a equacionar a possibilidade de ser um contentor polivalente (Molina Vidal, 1997; Fabião, 2001), após uma primeira proposta no sentido de envasar produtos piscícolas (Fabião, 1989, p. 66). A sua geografia de produção, pendente entre a área gaditana/norte africana e o interior do vale do Guadalquivir parece apontar para essa efectiva polivalência de conteúdos, estando produções gaditanas e norte africanas mais orientadas para o envase de produtos piscícolas (Almeida, 2008, p. 194), enquanto as produções interiores deveriam privilegiar o envase de produtos vínicos (García Vargas, 2010, p. 449), não sendo descabido equacionar-se a sua orientação oleícola (Almeida, 2008, p. 195).

Apenas foi documentada uma ânfora de produção lusitana, integrável nas mais antigas produções de cariz romano desta região, atendendo ao lábio em fita, com molduras sob o bordo, características de algumas destas produções (Fig. 5, 12) (Morais e Fabião, 2007). Como foi devidamente assinalado por estes autores, apesar das evidentes semelhanças face a diversos tipos de contentor, ao nível do bordo e parte do desenvolvimento do colo, nomeadamente afins das Classe 15 e 16, em particular das Haltern 70 e Dressel 7, estamos ainda longe de uma definição segura das características específicas dos diferentes morfótipos. Deste modo, e atendendo à escassez de exemplares inteiros, aliada a uma enorme variabilidade dos bordos (Pimenta, e tal., 2007, 304), surgem ainda sérias restrições à atribuição de uma designação específica, sendo conveniente a sua reunião sob a designação genérica de “ânforas ovóides” lusitanas (Pimenta et al., 2007, p. 304).

O conjunto material aqui reunido, ainda que diminuto, permite equacionar algumas questões relativamente à ocupação diacrónica do local.

É sem grande dificuldade possível asseverar a ocupação do local algures entre os finais do séc. V e o séc. II aC, atendendo à presença de materiais e decorações de cariz indígena típicas desse momento.

As realidades referentes ao período tardo-republicano permitem vislumbrar uma ocupação que se deverá ter feito na sequência da anterior, prolongando-se bem dentro do séc. I aC. A presença dos contentores anfóricos peninsulares permite asseverar uma ocupação pelo menos até meados deste século. O autor do primeiro estudo do local não deixa de mencionar

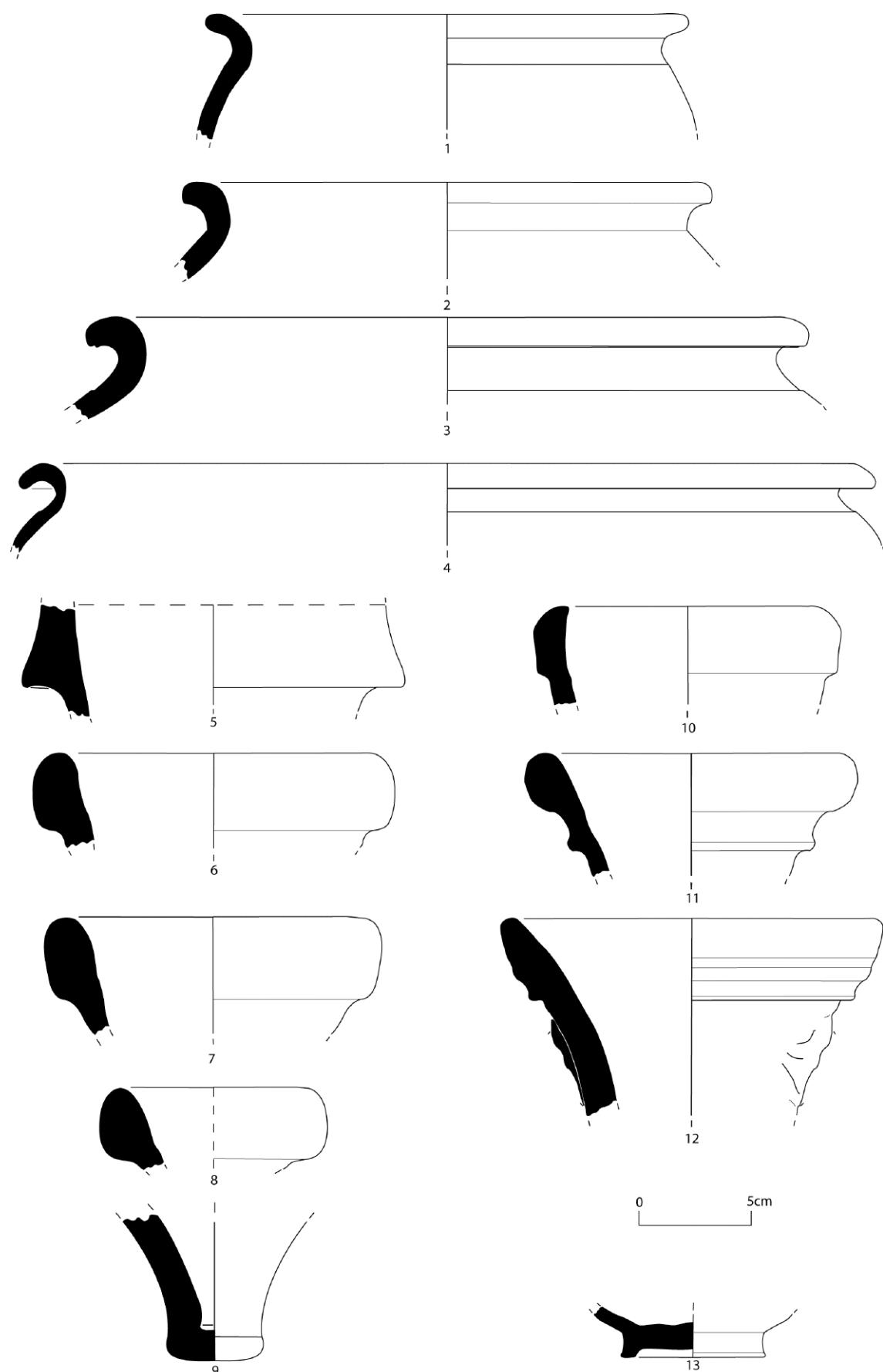


Fig 5 – Cerâmica comum e ânforas de produção itálica (5), bética do Guadalquivir (6-11) e lusitana (12)

a ausência de sigillata e outros indicadores de uma continuidade de ocupação para momentos Imperiais (Arnaud, 1970). Todavia, a presença de contentores dos tipos Classe 24/Oberaden 83, ou Ovóides 6 e 7 de Almeida (2008), permite levantar algumas questões, com contornos cronológicos. Cremos inicialmente necessário pontualizar que, segundo este último autor, as ânforas Ovóide 6/Classe 24, serão mais antigas, anteriores ao período augustano, enquanto as Ovóides 7/Oberaden 83/Haltern 71 se posicionarão já em momentos augustanos (Almeida, 2008, p. 145, nota 110).

Assim, e dada a enorme dificuldade de distinção, a partir de fragmentos de bordo, entre os subtipos aqui

mencionados, poderemos ter dados para avançar a ocupação do local até estes momentos mais tardios, ou não. A presença das mais antigas produções lusitanas, cujos contextos produtivos parecem retrotrair-se às últimas décadas do séc. I aC (Morais e Fabião, 2007, p. 131), parece vir contribuir para a aceitação de uma possível ocupação pelo menos até aos inícios do período augustano. Todavia, e como as cronologias disponíveis para as presenças anfóricas são ainda bastante fluídas, creio que não será de descartar um abandono do sítio algures nos meados do séc. I aC, num período em que se inicia um verdadeiro novo ciclo na ocupação do território alto alentejano (Mataloto, 2010).

4. O CASTELO VELHO DE VEIROS E AS DINÂMICAS DA OCUPAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO Iº MILÉNIO AC

O Castelo Velho de Veiros insere-se, durante a segunda metade do Iº milénio a.C., numa rede não muito densa de ocupações médias, que raramente ultrapassam a meia dúzia de hectares, que se dispersa junto das principais linhas de água e serranias da região.

A flagrante escassez de dados estratigráficos e arquitectónicos impede-nos de conhecer, convenientemente, os complexos processos históricos destas realidades, como fica bem patente no estudo do único destes povoados escavado em extensão em território alentejano, Mesas do Castelinho (Fabião e Guerra, 2010).

Na realidade, cremos inclusivamente que ao nível da densidade de ocupações semelhantes o quadro se pode ainda alterar largamente, tal como a identificação relativamente recente de sítios como Vale Guardez (Boaventura e Mataloto, n.p.) ou mesmo Evoramonte, onde os dados conhecidos eram bastante escassos.

Assim, as leituras que se seguem são, como não poderiam deixar de ser, um ponto de situação, que certamente se alterará com futuros trabalhos, mas que julgamos poderem lançar algumas linhas de trabalho

para o futuro.

Em primeiro lugar, julgamos fulcral realçar a condição geográfica do Castelo Velho de Veiros, imediato a uma linha de transitabilidade natural de extrema importância na ligação do Baixo Tejo à bacia média do Guadiana, áreas que jogarão um papel fundamental nas movimentações militares de época republicana, no contexto do processo de conquista (v. Fig. 8).

O conhecimento da segunda metade do I milénio aC na região a Norte da serra d'Ossa funda-se, em grande medida, nos dados disponíveis de Vaiamonte e Segóvia, ambos situados a escassas dezenas de quilómetros a Norte e Nascente do Castelo Velho de Veiros.

A Cabeça de Vaiamonte, pelo modo como marcou a evolução da História do conhecimento arqueológico do sudoeste peninsular, em particular desde o já clássico trabalho sobre a cerâmica estampilhada (Arnaud e Gamito, 1974-77) verdadeiro indício das presenças “celtizantes” nesta região, resulta ainda hoje uma ocupação fulcral para o conhecimento deste período na região (v. Fig. 6).



Fig 6 – Vista geral da Cabeça de Vaiamonte.

Ainda que a falta de dados estratigráficos e cronológicos condicione bastante a avaliação deste sítio, existem alguns bons indícios que apontam para uma ocupação relevante, nos inícios da segunda metade do milénio, plenamente integrada nas dinâmicas regionais de distribuição de produtos de grande circulação, caso dos recipientes e pendentes de vidro, de claro fabrico alóctone, possivelmente mediterrâneo, (Fabião, 2001, p. 212).

Entre os sécs. IV e II a.n.e. parece desenrolar-se o momento de maior pujança do sítio, que se assume, sem grande margem para dúvidas como um ponto estruturante do território. Neste sentido, ou derivado dele, não deveria ser alheia a presença de um possível santuário, eventualmente de cariz supralocal, muitas vezes centro aglutinador de presenças e da mobilidade das comunidades envolventes. Para o final do período em questão, a sua relevância volta a ser marcada pela importação de produtos itálicos em momentos relativamente precoces da conquista.

Será justamente neste momento que a posição da Cabeça de Vaiamonte poderá ter sido uma vez mais reconhecida, justificando a presença de uma guarnição militar, claramente atestada pela presença de armas e diversa *militaria* (Fabião, 1996, p. 60; Fabião, 2006,

p. 121). Esta presença militar deverá decorrer da sua localização sobranceira ao mencionado corredor de ligação entre o estuário do Tejo, justamente na área de Santarém, e as “vegas” do Guadiana, duas das mais militarizadas áreas no sudoeste peninsular durante o processo de conquista, se atendermos à presença de vários possíveis *castra* destas cronologias (Hervás Moras, 2010). Todavia, cremos ser de reter e reforçar a possibilidade levantada por C. Fabião (Fabião, 1998, p. 238) de ter estado igualmente estacionado um contingente militar no Castelo Velho de Veiros, como mencionámos *supra*.

O Ocidente peninsular assume algum protagonismo no decurso das guerras sertorianas, podendo este evento ter marcado profundamente a região, conduzindo ao abandono de instalações como Vaiamonte, a qual, após este momento, não mais voltou a gozar do dinamismo conhecido até então (Fabião, 1996, p.66).

A poucos quilómetros a sudeste deste último, junto da margem esquerda da ribeira do Almuro, foi identificado o povoado de Vale Guardez 1, aparentemente correspondente aos típicos “castros de ribeiro” (Berrocal-Rangel, 1992), dotado de uma linha de muralha perimetral. A escassez de dados, apenas resultantes de prospecções de superfície, deixa pouca

margem de análise. Contudo, este sítio, apesar de dimensões mais modestas, deverá ter sido em grande medida contemporâneo da Cabeça de Vaiamonte e do Castelo Velho de Veiros, do qual se situa a menos de uma dezena de quilómetros, mantendo-se ocupado já após o período de conquista, como o atesta a presença de fragmentos de ânfora de produção itálica, provavelmente do tipo Dressel 1. A presença de um grande recipiente de armazenagem no qual foi apostada uma decoração muito pouco frequente na região, duas bandas penteadas ondulantes, com claros paralelos em paragens mais setentrionais, em território vetónico, não deixa de suscitar considerações interessantes sobre a movimentação de grupos humanos antes, ou principalmente, durante o processo de conquista (Boaventura e Mataloto, np).

A forte presença militar romana na região, pelo menos até ou durante as Guerras Sertorianas, atendendo aos dados de Vaiamonte, e eventualmente do Castelo Velho de Veiros, deverá estar certamente relacionada pelo posicionamento estratégico face importantes vias de transitabilidade natural, vindo a identificação do Monte da Nora, apontar no mesmo sentido, se aceitarmos tratar-se de uma ocupação fundacional de cariz militar. O monte da Nora situa-se justamente na área onde os caminhos de ligação Este-Oeste, provenientes do "codo" do Guadiana se bifurcam, tal como as posteriores vias romanas. Efectivamente, se o cariz militar romano deste estabelecimento não é claro para alguns investigadores (Teichner e Schierl, 2010, p. 95), não deixa de ser relevante que o associem a instalações reconhecidas, por outros, como de fundo militar romano, como o Pedrão (Fabião, 2006, p. 119). Na realidade, o abandono das guarnições militares, e provavelmente do próprio povoado da Cabeça de Vaiamonte, após os episódios sertorianos das guerras civis, poderia vir a justificar esta presença num momento imediatamente subsequente, como se pode deduzir da sua cronologia de fundação, aparentemente anterior aos meados do séc. I aC, enquanto elemento de controlo da transitabilidade regional, num momento de bastante insegurança, que viria a ser seguido pelos novos episódios pompeianos das guerras civis, uma vez mais com forte impacto na região.

De qualquer modo, a instabilidade geral vivida nos últimos anos da República foi-se progressivamente dissipando, dando azo ao desenvolvimento de um processo de profunda transformação nas redes de

povoamento, com o abandono dos grandes povoados, caso da Cabeça de Vaiamonte, eventualmente Vale Guardez 1, ou ainda do Castelo Velho de Veiros.

A disseminação das populações pelo território encontra-se ainda muito mal conhecida; todavia, a identificação de um conjunto crescente de pequenas ocupações numa envolvente alargada do Castelo Velho de Veiros, caso de sítios como as Pedras do Almuro, Galega 1 e 2 e Outeiro 1, e provavelmente 2, junto da Ribeira do Almuro (Boaventura e Mataloto, n.p.), ou do sítio da Portela 1, escavado por um de nós (C.R.) onde se registam conjuntos artefactuais que integram importações cerâmicas do sul peninsular (nomeadamente várias ânforas, como Haltern 70) a par de cerâmica de tradição indígena, poderão indicar a distribuição da população por pequenas ocupações dispersas pelo campo, eventualmente após os meados do séc. I aC.

A instalação destas pequenas comunidades em contextos paisagísticos muito precisos, em pequenas plataformas estruturadas entre grandes afloramentos graníticos, sobranceiros a linhas de água, dotando-os de alguma defensabilidade, deixa entender que se viveriam ainda na região momentos de alguma instabilidade.

Neste mesmo sentido vai um dos raros sítios intervencionados mais recentemente na região, mas escassamente publicado, o povoado do Baldio (Gamito, 1996), igualmente instalado entre grandes penedas graníticas. Ainda que a autora dos trabalhos enuncie uma ocupação mais antiga, eventualmente do séc. V-III a.n.e (Gamito, 1996, p. 42), para a qual não apresenta quaisquer dados, é, certamente, a ocupação de uma fase já avançada do séc. I aC a melhor documentada, atendendo à descrição e apresentação do material recolhido. Cremos ser bastante significativo que este sítio, eventualmente relacionado com a exploração minero-metalúrgica, se mantenha ocupado para além do fim do período republicano, como o atesta a presença de *sigillata* de tipo itálico.

No final do séc. I aC, a par deste processo de abandono das grandes ocupações e surgimento de uma ocupação dispersa, parece surgir uma realidade totalmente nova, que vem quebrar por completo com as dinâmicas locais de povoamento, progressivamente mais abertas.

A instalação de um conjunto de pequenas ocupações, designadas por um de nós como fortins (Mataloto, 2004), pela clara aparência fortificada, implantados por



Fig 7 – Vista geral do fortim dos Beiçudos, situado entre o Castelo Velho de Veiros e

tipo de coordenação e propósito conjunto, nem sempre fácil de discernir na distribuição destas realidades (Mataloto, 2002; 2004).

Estas instalações parecem corresponder à última tentativa de controlo deste importante corredor natural, impulsionada pelo poder de Roma, algures na segunda metade do séc. I aC, não já numa estratégia de beligerância, mas de policiamento, digamos, de proximidade, conhecidas que eram as diversas pequenas comunidades dispersas pelos vales das ribeiras, em particular do Almuro. Efectivamente, findos os últimos episódios das guerras civis, particularmente activos no

vezes em locais de notável capacidade estratégica e de controlo da paisagem e da passagem, deverá ter resultado de uma nova forma de controlar o território impulsionada pelo poder de Roma.

Escassos quilómetros a Norte do Castelo Velho de Veiros têm vindo a ser documentada uma verdadeira rede de instalações sobranceiras ao grande caminho natural que temos vindo a mencionar. Num verdadeiro alinhamento NW-SE encontramos um conjunto diverso de fortins, genericamente contemporâneo, dispostos em posição destacada, com evidentes preocupações defensivas, são eles, de NW para SE: Malhada das Penas 1 e 2, Beiçudos (Fig. 7), Outeiro da Mina e o Penedo do Ferro (Mataloto, 2002 e 2004), os quais marcam com clareza o caminho da bacia do Guadiana, a SE, para o fundo do antigo estuário do Tejo (v. Fig. 8).

O modo bastante regular como estas ocupações se distribuem ao longo deste corredor natural, em cujo extremo sudeste encontramos ocupações como o Monte da Nora (Teichner e Schierl, 2010) ou a ocupação do Atalaião (Fabião, 1998, p. 385), deixa entrever algum

sudoeste peninsular, ter-se-á vivido um momento de particular melindre, o que justificaria a disseminação destas pequenas fortificações antecipando a ocupação do campo numa lógica sobejamente distinta, como ficará patente na fundação de *villae* como Santa Vitória do Ameixial ou Torre de Palma em torno da viragem da Era, se atendermos às presenças de *terra sigillata* de tipo itálico (Mataloto, 2010). E, neste novo Mundo, o Castelo Velho de Veiros parece já não ter lugar ...

Redondo/Terena, Março de 2011

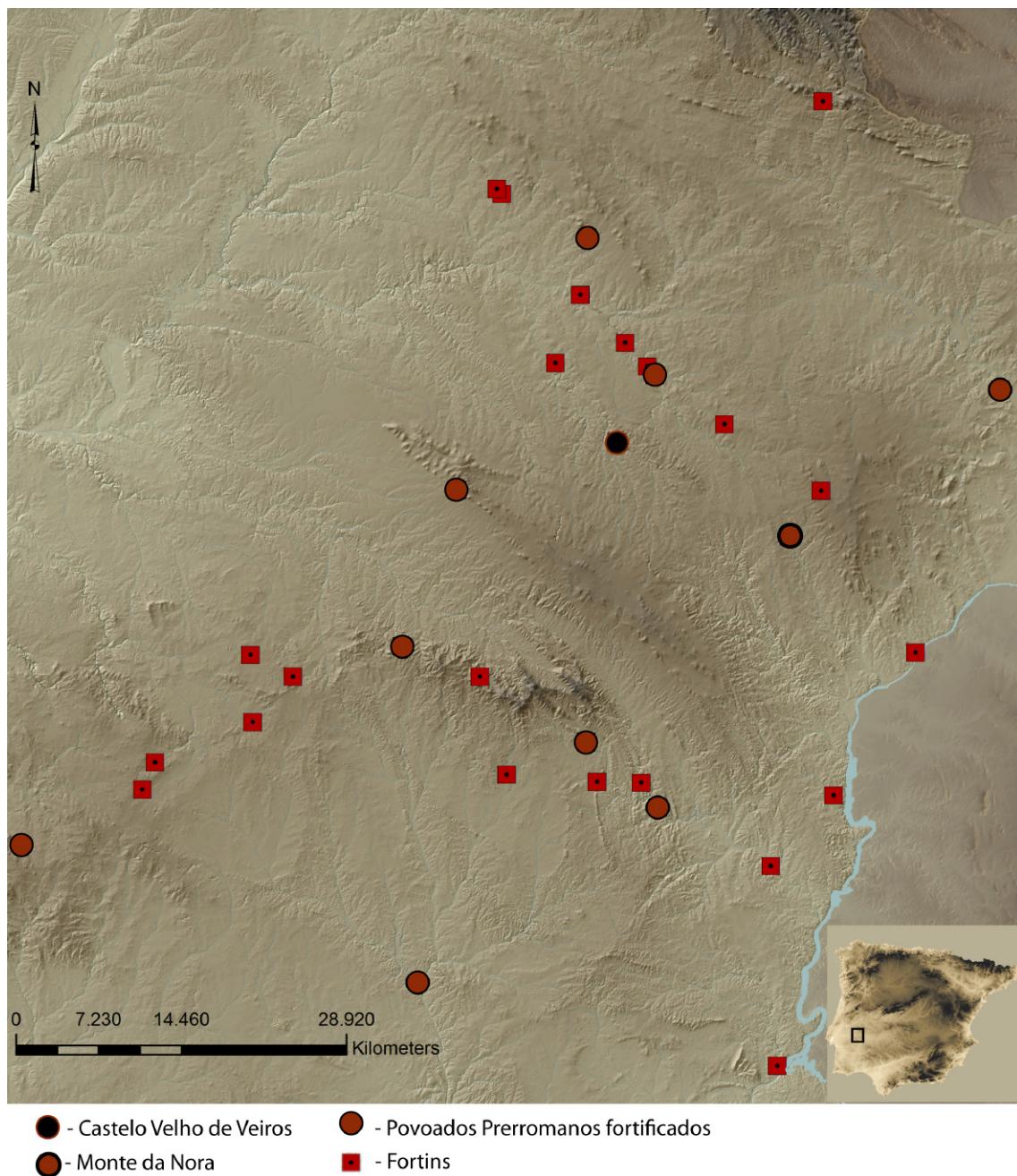


Fig 8 – Povoamento fortificado prerromano, com ocupação romano republicana e fortins alto alentejanos

5. BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL, J.; ESPINOSA, U. (1989) *La ciudad Hispano-romana: privilegio y poder*. Logroño.
- ALARCÃO, J. (1988) - *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Europa-América.
- ALARCÃO, J. DE (1999) Três notas sobre o Alentejo Romano. *Al-Madan*. Série II. Vol. 8, p. 72-74.
- ALARCÃO, J. de (1999a) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal. *Rutas, ciudades y moneda en Hispania, Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Porto, marzo de 1997)*. Anejos Archivo Español de Arqueología, vol. XX, Madrid: CSIC, p. 1-8.
- ALARCÃO, J. (2001) A localização de *Dipo* e *Evandriana*. *Almadan*. II^a Série. Nº 10, 39-42.
- ALDANA, P.; BRAZUNA, S.; GOMES, S. (2003) El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2003. Relatório Era 222.03. (disponível on-line em: <http://www.nia-era.org>)
- ALDANA, P.; BRAZUNA, S.; GOMES, S. (2002) El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2002. Relatório Era 180.02. (disponível on-line em: <http://www.nia-era.org>)
- ALDANA, P.; BRAZUNA, S.; GOMES, S. (2001) El Pico (Cheles). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2001. Relatório Era 138.01. (disponível on-line em: <http://www.nia-era.org>)
- ALMEIDA, R. (2008) *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Collecció Instrumenta, 28. Barcelona. 352 p.
- ALMEIDA, R.; BARROSO CABRERA, R.; LÓPEZ FRAILE, F.J.; MORÍN DE PABLOS, J. (n.p.) El yacimiento de Pozo Sevilla (Alcázar de San Juan, Ciudad Real) ¿Un ejemplo de casa-torre en La Mancha?. Comunicação apresentada ao encontro: *Los paisajes agrarios de la romanización: arquitectura y explotación del territorio*, Badajoz, 23 e 24 de Outubro de 2008.
- ALONSO SÁNCHEZ; FERNANDEZ CORRALES, (2000) El proceso de romanización de la Lusitania Oriental: la creación de assentamientos militares In: GORGES, NOGALES BASARRATE, *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana*, p. 85-99
- ARNAUD, J.M. (1968) "Castelo Velho" de Veiros (Estremoz). Notícia da sua Identificação. *Revista de Guimarães*. Vol. 78 (1-2), p. 61-76.
- ARNAUD, J.M. (1970) O "Castelo Velho" de Veiros (Estremoz). Campanha Preliminar de Escavações de 1969. *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), vol. II, Lisboa, p. 311-328.
- ARNAUD, J.M.; GAMITO, T.J (1974-77) Cerâmicas Estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaiamonte – Monforte. *O Arqueólogo Português*. Série III, 7-9, p. 165-202.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. (1999) As importações de vinho itálico para o território actualmente português. Contextos, cronologias e significado. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Collection de la Casa de Velázquez (65), Madrid, p. 307 – 337.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. (1999) As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Vélazquez, p. 307-337.
- ARRUDA, A.; ALMEIDA, R. (2000) Importação e consumo de vinho bético na colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal). *Actas do Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Vol. II, Écija, p. 703-715.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8, nº 1, p. 279-297.
- ARRUDA, A.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2006) Ânforas lusitanas da Alcáçova de Santarém. *Setúbal Arqueológica*. Vol. 13. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, 153-176.
- BARGÃO, P. (2006) *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana Republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Políptico.
- BERROCAL, L. (1992) *Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica*, Madrid (Complutum-Extra, 2).
- BERROCAL, L. (1996) - Fortificación, guerra y poblamiento en la Beturia: consideraciones sobre el altar de Capote y la conquista del suroeste. *Revista de Estudios Extremeños*, 52 (II), Mayo-Agosto, p. 411-440.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; (n.p.) O I^o milénio a.n.e. no concelho de Monforte: subsídio para o inventário do património arqueológico concelhio. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 13, nº1.
- CALADO, M. (1993) - *Carta arqueológica do Alandroal*. Alandroal, Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (1996) - Recintos ciclópicos do Alentejo central. *A Cidade de Évora- Boletim Cultural da Câmara Municipal de Évora*. II^a série, 1, p. 275-285.
- CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (2000) - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães* – volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento. Guimarães. Sociedade Martins Sarmento. Vol. II, p. 759-774.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; PISCO, M. (1999) - Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães* – volume especial-Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento. Guimarães. Sociedade Martins Sarmento. Vol. I, p. 363-386.

- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) - *Carta Arqueológica do Redondo*. Câmara Municipal de Redondo.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1997) - Povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, p. 99-130.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A (2007) Povoamento Proto-Histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I. (ed.) *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres, p. 129-179.
- CARNEIRO, A.; ENCARNAÇÃO, J.; OLIVEIRA, J.; TEIXEIRA, C. (2008) Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica*. 8, pp. 167-178.
- CHAPA, T.; MAYORAL, V.; URIARTE, A. (2002) Torres del Guadiana Menor. Resultados de un Proyecto de microprospección en Larva (Jaén). Comunicação apresentada ao Seminário “Torres, Atalayas, y casas fortificadas: explotación y control del territorio en Hispania (fines de séc. III a.C. – silo I d.C.)”. Madrid, Casa de Velázquez, 25-26 de Fevereiro de 2002.
- DIOGO, A. (1987) Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: MNA, Série IV, 5, p. 179-191.
- ESTRELA, S. (2010) Os níveis fundacionais da Idade do Ferro de Mesas de Castelinho (Almodôvar). Os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- GARCIA VARGAS, E. (2010) Ánforas béticas de época augusteo-tíberiana. Una retrospectiva. In Niveau de Villedary, A. M. y Gómez Fernández, V. (coords.). *Las necrópolis de Cádiz. Apuntes de arqueología gaditana en homenaje a J. F. Sibón Olano*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 581-622.
- FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do Acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa, UNIARQ/INIC (Cadernos da Uniarq, 1).
- FABIÃO, C. (1992) O Passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., ed. *História de Portugal*. Vol. 1: *antes de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 79-299.
- FABIÃO, C. (1993-94) O azeite da Baetica na Lusitania. *Conímbriga*. Coimbra. Vol. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1996) - O povoado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade-Revista Cultural de Portalegre*. Nova Série. Lisboa. 11, p. 31-80.
- FABIÃO, C. (1998) - *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área céltica do território hoje português*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. Vol.I e II, policopiado.
- FABIÃO, C. (1998a) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2001) - *O Povoamento do Sudoeste Peninsular na segunda metade do I Milénio a.C.: continuidades e rupturas*. In: Berrocal-Rangel, L.; Gardes, P. (Eds.) *Entre Celtas e Iberos. Las poblaciones protohistóricas de las Galias e Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia / Casa de Velázquez, p. 227-246.
- FABIÃO, C. (2001) - Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *(era) Arqueología*, 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2006) – The Roman army in Portugal. In: Morillo Cerdán, A; Aurrecoechea, J. (eds.) 2006 – *The Roman Army in Hispania. An Archaeological Guide*. Léon: Univ. de León, p. 107-126
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996)[2001] A cerâmica campaniense do acampamento da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiusa*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa. N. 0, p. 109-131.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2010) Mesas do Castelinho (Almodôvar): A case of a failed Roman town in southern Lusitania. In: Corsi, C.; Vermeulen, F. (Eds.): *Changing Landscapes. The impact of Roman towns in the Western Mediterranean (Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide - Marvão 15th-17th May 2008)*. Bologna: Ante Quem, p. 325-346
- FABIÃO, C.; NORTON, J.; CARDOSO, J.L. (1997) - O recinto fortificado de Casa Branca (Ferreira do Alentejo). *Al Madan*. Almada, II série, 6, p. 38-42.
- FARIA, A. (1999) Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa.2:2, p. 29-50
- FARIA, A. (2001) *Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa.4, p. 351 - 362.
- FILIPE, V. (2008) *As ânforas do Teatro romano de Lisboa*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- FORTEA, J.; BERNIER, J. (1970) *Recintos y fortificaciones ibéricos en la Bética*. Universidad de Salamanca. Salamanca.
- GAMITO, T. J. (1988) - *Social complexity in southwest Iberia 800-300 B.C.: the case of Tartessos*. Oxford: BAR International Series.
- GAMITO, T. J. (1996) O Estanho de Aluvião e a Metalurgia do Bronze no Castro do Baldio (Arronches, Portugal). *Vipasca - Arqueología e História*. 5, p. 29-50.
- GARCÍA VARGAS, E. (2010) Ánforas Béticas de época augusteo-tíberiana: una retrospectiva. *Las Necrópolis de Cádiz: apuntes de Arqueología gaditana. Homenaje a José Francisco Sibón Olano*. Cádiz, p. 543-583.
- GIBSON, C.; CORREIA, V.H.; BURGESS, C. (1998) - Alto do Castelinho da Serra (Montenor-o-Novo, Évora, Portugal) A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-93. *Journal of Iberian Archeology*. Porto. 0, p.191-244.

V ENCONTRO DE ARQUEOLOGIA DO SUDOESTE PENINSULAR

- GOMES, S.; MACEDO, M.; BRAZUNA, S. (2000) Apresentação dos Trabalhos Arqueológicos de 1997 na *villa* de Santa Vitória do Ameixial. (era) – *Arqueología*. Lisboa, 1, Julho, p. 52-67.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, P. (2004) Intervención arqueológica en el Castelo da Losa (1997-2002): resultados preliminares. In, MORET, P. e CHAPA, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*. Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 65-76.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C.; ADROHER AUROUX, A.; LÓPEZ MARCOS, A. (2001) El Cardal (Ferreira), una explotación minera de los siglos III y II a.C. en las laderas de septentrionales de Sierra Nevada (Granada). *Florentia Iberitana*. 12, p. 199-220.
- GONÇALVES, A.; MORÁN, E.; POSSELT, M.; TEICHNER, F. (1999) - New aspects of the romanization of the Alto Alentejo (Portugal): evidence from a geophysical and archeological survey at the Monte da Nora (Terrugem). *Arqueología*. Porto. 24, p.101-110.
- GRAU ALMERA, E.; DUQUE ESPINO, D. (2007) Los paisajes rurales protohistóricos: una síntesis arqueobotánica. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I. (ed.) *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres, p. 297-325.
- GUERRA, A. (2004) Caepiana: uma reavaliação crítica do problema da sua localização e enquadramento histórico. *Revista Portuguesa de Arqueología*. Volume 7. número 2.2004, p.217-235
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa
- HERVAS MORAS, F; BUSTAMENTE ALVAREZ, M. (2007) Contribución al estudio de las ánforas tardorrepUBLICANAS del enclave militar de “El Santo” de Valdetorres (Badajoz, España)
- HERNÁNDEZ CARRETERO, A. (2005) Estudio Palinológico de la cuenca baja del Guadiana (ALENTEJO). Relatório inédito, estruturado no âmbito dos estudos das intervenções do Bloco 8 do PMI de Alqueva.
- MANTAS, V. (1996) Em torno do problema da fundação e estauto de Pax Iulia. *Arquivo de Beja*. Beja. IIIª Série. 2-3, p. 41-62.
- MAIA, M. (1978) - Fortalezas romanas do Sul de Portugal. *Zephyrus*, 28-29, p. 279-285.
- MAIA, M. (1986) - Os Castella do Sul de Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 27, p.195-223.
- MAIA, M^a; MAIA, M. (1996) - Os Castella do Sul de Portugal de Portugal e a mineração da prata nos primórdios do Império. In REGO, M., (Dir.) *Mineração no Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde , p.60-81.
- MATALOTO, R. (2002) Fortins e Recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueología*. Vol. 5. n^o I.
- MATALOTO, R. (2004) Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.. In, Moret, P. e Chapa, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*. Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 31-54.
- MATALOTO, R.; ALVES, C. (2008) – Relatório da Campanha 1/2008 em Evoramonte. Policopiado.
- MATALOTO, R.; ALVES, C.; CARVALHO, C. (2004) - De Serra em Serra - instabilidade e conflito no final da Idade do Ferro do Alentejo Central. VIPASCA. N.º 2. 2^a série. 2007. p. 242-249
- MAYET, F.; SCHMITT, A. (1997) Les amphores de São Cucufate (Beja). In MAYET, F. ETIENNE, R. (eds) *Itinéraires Lusitaniens*. Paris: E. de Boccard, p. 71-109
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antiguedad*. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005. Oxford. BAR, international séries, 1686, p. 127-133.
- MORET, P. (1990) Fortins, “Tours d’Hannibal” et Fermes Fortifiées dans le Monde Ibérico. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. 26(1), p. 5-43.
- MORET, P. (1995) - Les Maisons fortes de la Bétique et de la Lusitanie romaines. *Révue des Études Anciennes*, 97 (3-4), p. 527-564.
- MORET, P. (1999) Casas fuertes romanas en la Bética y la Lusitanía. In GORGE, J.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. *Ecología y territorio en la Lusitanía romana*. Madrid : Casa Velázquez, p. 55-89.
- NORTON, J. ; CARDOSO, J.L. ; CARVALHOSA, A. (2006) Ánforas do Vale do Guadiana: o material da «Cidade das Rosas» no Museu de Serpa. *Setúbal Arqueológica*. Vol. 13, p. 225-232
- NUNES, S.; CORGA, M.; ALMEIDA, M.; BASÍLIO, L.; NEVES, M.J.; DIAS, G. (2007) - Dados preliminares para a compreensão arqueoestratigráfica do sítio de Currais 5 (S. Manços, Évora). *Vipasca*. N.º 2. 2^a série. 2007. p. 454-462
- ORTIZ ROMERO, P. (1991) - Excavaciones y sondeos en los recintos tipo Torre de la Serena. I Jornadas de Prehistoria e Arqueología en Extremadura . *Extremadura Arqueológica*. II, p. 301-318.
- ORTIZ ROMERO, P. (1995) - De recintos, Torres y Fortines: usos (y abusos). *Extremadura Arqueológica*.V, p.177-193.
- ORTIZ ROMERO, P.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (1998) Culturas indígenas y Romanización en Extremadura: Castros, Oppida y Recintos ciclópeos. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (Coord.) - *Extremadura Protohistórica: paleoambiente, economía e poblamiento*.Cáceres, p. 247-278.
- PAÇO, A.; LEAL, J. (1966a) - Castelo da Lousa, Mourão (Portugal). *Una Fortificación Romana de la Margen Izquierda del Guadiana*, *Archivo Español de Arqueología*, 39 (113-114), p. 167-183.

- PAÇO, A.; LEAL, J. (1966b) - Castello di Lousa. Fortino Romano sulla Guadiana, a Mourão (Portogallo), *Estratto da Estudos Italianos em Portugal*, 26 (I).
- PAÇO, A.; LEAL, J.; ALARCÃO, A.; ALARCÃO, J., 1967 Castelo da Lousa (Mourão), Separata do *Boletim da Junta Distrital de Évora*, 6.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) - *Lusitania: historia y etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000a) De la Lusitania independiente a la creación de la provincia. *Sociedad y Cultura en la Lusitania romana*. Mérida. IV Mesa Redonda Internacional, p. 73-84.
- PIMENTA, J. (2005) - As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Trabalhos de Arqueologia*, 41. Lisboa
- PIMENTA, J.; SEPÚLVEDA, E.; FARIA, J.C.; FERREIRA, M. (2006) Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 9, número 2. 2006, p. 299-316
- PINTO, I.; LOPES, C. (2006) Ânforas das *villae* romanas alentejanas de São Cucufate (Vila de Frades, Vidigueira), Monte da Cegonha (Selmes, Vidigueira) e Tourega (Nossa Senhora da Tourega, Évora). *Setúbal Arqueológica*. Vol. 13, p. 197-224.
- QUARESMA, J.C.; CALAIS, C. (2005) S. Pedro (Coruche): novos dados para o processo de romanização do vale do Sorraia na época augustana e júlio-claudiana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8, nº2, p. 429-447.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ORTIZ ROMERO, P. (1986) - Avance a primera campaña de excavación en el Recinto-Torre de Hijovejo (Quintana de la Serena). El sondeo núm.2. *Norba*, 7, p. 25-41.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ORTIZ ROMERO, P. (1989) - Poblamiento prerromano y recintos ciclopéos de la Serena, Badajoz. *Cuadernos de Prehistórica y Arqueología da Universidade Autónoma de Madrid*, 17, p.45-65.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (2003) Defensa y territorio en la Beturia: castro, oppida y recintos ciclopéos. In *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*. Universidad de León/Casa Velázquez, p. 219-251.
- ROLDÁN, J.M. (1985) - La Guerra Civil entre César e Pompeyo (49-31 a.C.). In Blázquez, J.M. et alii, *Historia de la España Antigua, II España Romana*, 2ª Ed., Madrid: Catedra, p.155-174.
- SILLIÉRES, P. (1994) Les premiers établissements romains de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal). In GORGES, J.-G.; SALINAS, M. *Les campagnes de la Lusitanie romaine*. Madrid-Salamanca: Casa de Velázquez, p. 89-98.
- SOARES, J.; SILVA, C.T. (1973) - Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). vol.I, Lisboa, p. 245-305.
- TEICHNER, F. (2008) *Entre tierra y mar / Zwischen Land und Meer Architektur und Wirtschaftsweise ländlicher Siedlungsplätze im Süden der römischen Provinz Lusitanien (Portugal)*. Studia Lusitana, 2 Vols Mérida.
- TEICHNER, F.; SCHIERL, T. (2009) Zur Akkulturation des westens der iberischen Halbinsel am Beginn der römischen Kaiserzeit: das Beispiel des Monte da Nora (Terrugem, Portugal). *Limes XX. Gladius. Anejos* 13, vol. III, p. 301-314.
- ULBERT, G. (1984) - Cáceres el Viejo. *Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Extremadura*. Berlim (Madrid: Beiträge, 11).
- WAHL, J. (1985) - Castelo da Lousa: Ein Whergeöft Caesarchrist-Augusteischer Zeit. *Madrid: Mitteilungen*. 26, p.150-176.